PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Demonstrações contábeis do conglomerado prudencial

Em 31 de dezembro de 2017

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Demonstrações contábeis do conglomerado prudencial
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balanços patrimoniais – Conglomerado Prudencial

Demonstrações do resultado - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa – Conglomerado Prudencial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Conglomerado Prudencial

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Acionistas e Administradores da
Planner Corretora de Valores S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora"),** que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - "Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da **Planner Corretora de Valores S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Corretora e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, onde consta que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Corretora para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1, onde indica que tendo em vista a apresentação de prejuízos operacionais recorrentes, a Administração da Planner Corretora de Valores S.A. e da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em conjunto com seus acionistas, está em busca de adequar sua estrutura operacional e financeira dentro do seu atual volume de negócios, manutenção dos índices de Basiléia em patamares superiores aos requeridos pelo Banco Central do Brasil, e desenvolvimento de um planejamento estratégico que reverta a situação financeira atual. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para nota explicativa n° 11.1, onde consta que a Corretora e a Distribuidora, no primeiro semestre de 2011, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei n° 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 31 de dezembro de 2017, a homologação e consolidação dos débitos tributários incluídos neste REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Outros assuntos

A Planner Corretora de Valores S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 11 de abril de 2018, com parágrafos de ênfase contendo os mesmos assuntos acima descritos.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujo principais critérios e práticas contábeis estão descritos no Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Corretora incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado Prudencial para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R$ mil

		Conglomerado	
A T I V O	**NE**	**31/12/17**	**31/12/16**
CIRCULANTE		**117.811**	**91.314**
DISPONIBILIDADES	**4.**	**87**	**2.627**
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	**4.**	**36.340**	**57.137**
Aplicações no mercado aberto		36.340	57.137
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	**5.**	**28.599**	**9.608**
Carteira própria		5.306	6.323
Vinculados a prestação de garantia		23.293	3.285
OUTROS CRÉDITOS		**52.671**	**21.632**
Rendas a receber	**7.1**	10.929	8.440
Negociação e intermediação de valores	**6.**	39.832	11.218
Diversos	**7.2**	2.423	2.844
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)	**7.3**	(513)	(870)
OUTROS VALORES E BENS		**114**	**310**
Despesas antecipadas		114	310
NÃO CIRCULANTE		**41.233**	**35.821**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**40.818**	**35.145**
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	**5.**	**34.381**	**28.207**
Carteira própria		25.635	4.210
Vinculados a prestação de garantia		8.746	23.997
OUTROS CRÉDITOS	**7.2**	**6.437**	**6.938**
Diversos		6.437	6.938
INVESTIMENTOS	**8.**	**48**	**83**
Particip.coligadas/controladas: no país		3	38
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	**9.**	**259**	**455**
Outras imobilizações de uso		4.510	4.450
(Depreciações acumuladas)		(4.251)	(3.995)
INTANGÍVEL	**10.**	**108**	**138**
Ativos Intangíveis		147	248
(Amortização acumulada)		(39)	(110)
TOTAL DO ATIVO		**159.044**	**127.135**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A
CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R$ mil

	NE	Conglomerado	
P A S S I V O		**31/12/17**	**31/12/16**
CIRCULANTE		**129.920**	**100.422**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**129.920**	**100.422**
Sociais e estatutárias		577	-
Impostos e contribuições sobre lucros		4	517
Fiscais e previdenciárias	**11.1**	8.999	4.244
Negociação e intermediação de valores	**6.**	115.744	91.413
Diversas	**11.2**	4.596	4.248
NÃO CIRCULANTE		**2.701**	**3.704**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**2.701**	**3.704**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**11.2**	**2.701**	**3.704**
Diversas		2.701	3.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**26.423**	**23.009**
Capital:	**12.1**	32.954	32.954
De Domiciliados no país		33.454	33.454
A realizar		(500)	(500)
Reservas de lucros		194	539
Ajustes de avaliação patrimonial		5	9
Lucros (Prejuízos) Acumulados	**12.2 e 24.**	(7.882)	(12.481)
Participação de terceiros não controladores		1.152	1.988
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**159.044**	**127.135**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

Valores em R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	Conglomerado 2º/SEM/17	31/12/17	31/12/16
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**5.010**	**10.817**	**11.334**
Operações de crédito		2	2	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.982	10.763	10.695
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		26	52	639
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(268)**	**(524)**	**24**
Resultado de operações de câmbio		-	-	(27)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(268)	(524)	51
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**4.742**	**10.293**	**11.358**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(9.344)**	**(16.180)**	**(7.895)**
Receitas de prestação de serviços	**14.**	29.048	55.887	53.734
Despesas de pessoal	**15.**	(9.368)	(18.063)	(16.340)
Outras despesas administrativas	**16.**	(19.323)	(41.389)	(39.553)
Despesas tributárias	**17.**	(9.850)	(12.616)	(6.006)
Despesas de provisões operacionais		(2)	(2)	(33)
Resultado de participação em coligadas e controladas		3	(35)	(85)
Outras receitas operacionais	**18.**	1.106	1.660	1.350
Outras despesas operacionais	**19.**	(958)	(1.622)	(962)
RESULTADO OPERACIONAL		**(4.602)**	**(5.887)**	**3.463**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**(4.602)**	**(5.887)**	**3.463**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**20.**	**1.248**	**1.246**	**(769)**
Imposto de renda - Corrente		(264)	(265)	(410)
Imposto de renda - Diferido		971	971	-
Contribuição social - Corrente		(236)	(237)	(359)
Contribuição social - Diferida		777	777	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		**(577)**	**(1.050)**	**(641)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		**(3.931)**	**(5.691)**	**2.053**
DESPESAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		**-**	**-**	**(1.246)**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

Valores em R$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	Conglomerado		
	2º/SEM/17	31/12/17	31/12/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(3.931)	(5.691)	2.053
Depreciações e amortizações	63	185	427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	268	524	(51)
Resultado de participações em coligadas/controladas	(3)	35	85
Ajustes de avaliação patrimonial	(4)	12	12
Provisão de impostos no resultado	500	502	769
Impostos diferidos no resultado	(1.748)	(1.748)	-
	(4.855)	(6.181)	3.295
Variação de Ativos e Obrigações	25.584	(27.120)	50.645
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos (acima)	(18.592)	(25.989)	10.839
(Aumento) redução de outros créditos	(8.813)	(31.068)	(3.955)
(Aumento) redução de outros valores e bens	157	196	(119)
Aumento (redução) em outras obrigações	52.832	29.741	43.880
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**20.729**	**(33.301)**	**53.940**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Imobilizado de uso	(60)	-	-
Inversões em:			
Imobilizado de uso		101	(140)
Inversões líquidas no intangível/diferido	1	1	(148)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(59)**	**102**	**(288)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Participação de terceiros não controladores	-	1.168	1.168
Recebimento pela integralização de capital/rateio prejuízos	9.940	9.940	-
Pagamento de juros de capital próprio	-	(1.246)	(1.246)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**9.940**	**9.862**	**(78)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**30.610**	**(23.337)**	**53.574**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.817	59.764	6.190
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	36.427	36.427	59.764

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R$ mil

Período de 01/07/17 a 31/12/17 — **Conglomerado**

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/17	33.454	(500)	539	9	(14.242)	19.260	1.158	20.418
Lucro líquido (prejuízo) do período					(3.925)	(3.925)	(6)	(3.931)
Reserva especial de lucros			(345)		345	-		-
Absorção de prejuízos com recurso de acionista					9.940	9.940		9.940
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(4)		(4)		(4)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/17	33.454	(500)	194	5	(7.882)	25.271	1.152	26.423
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(345)	(4)	6.360	6.011	(6)	6.005

Período de 01/01/17 a 31/12/17 — **Conglomerado**

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/17	33.454	(500)	539	9	(12.481)	21.021	1.988	23.009
Lucro líquido (prejuízo) do período					(5.686)	(5.686)	(5)	(5.691)
Reserva especial de lucros			(345)		345	-		-
Participação de não controladores						-	(831)	(831)
Rateio de prejuízos/Distribuição de Lucros					9.940	9.940		9.940
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(4)		(4)		(4)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/17	33.454	(500)	194	5	(7.882)	25.271	1.152	26.423
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(345)	(4)	4.599	4.250	(836)	3.414

Período de 01/01/16 a 31/12/16 — **Conglomerado**

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/16	33.454	(500)	974	(3)	(13.388)	20.537	485	21.022
Lucro líquido (prejuízo) do período					1.718	1.718	335	2.053
Juros capital próprio					(1.246)	(1.246)		(1.246)
Reserva especial de lucros			(435)		435	-		-
Participação de não controladores						-	1.168	1.168
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				12		12		12
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/16	33.454	(500)	539	9	(12.481)	21.021	1.988	23.009
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(435)	12	907	484	1.503	1.987

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros.

A Corretora segue com os seus objetivos estratégicos de negócios, com o intuito de sustentar e ampliar a margem de lucros em suas atividades, intensificando sua atuação nos segmentos de administração, gestão e custódia de fundos de investimento, além de assessoria em operações estruturadas com ativos financeiros.

Com essas ações, a Administração espera reverter o quadro de prejuízo operacional apresentado nos últimos períodos e retornar ao patamar de geração de resultados positivos.

Estão consolidadas nas demonstrações do Conglomerado Prudencial as empresas:

1) Planner Corretora de Valores S.A.;
2) Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.;
3) Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.;
4) Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Créditos Financeiros;
5) Planner Ações Institucional RPPS Fundo de Investimento em Ações;
6) 49Booster Venture Builder FIP;
7) Essential Fundo de Investimento Multimercado – Inv. No Exterior.

A Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou em nome de terceiros.

A Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. foi constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21 de março de 2003, e tem como objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a Pessoas Físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a Pessoas Jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem elaborar e apresentar demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

a) Instituições financeiras;
b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
c) Administradoras de consórcio;
d) Instituições de pagamento;
e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo;
f) Outras Pessoas Jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos incisos de a) a e).
g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Em 13 de março de 2014, o Banco Central do Brasil emitiu a Circular nº 3.701, que determinou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolução CMN nº 4.280/13.Essas novas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Corretora em 07 de abril de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "*pro rata*" dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria "Para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados.
Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "Para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários, e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

De acordo com a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

e) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de valores a receber de clientes pelas operações realizadas nos pregões da BM&FBOVESPA S.A., considerando os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

g) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

i) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

j) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

k) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;
- **Provisões**: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20% para as empresas equiparadas a instituição financeira e de 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

l)Resultado por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	**87**	**2.627**
Caixa	4	9
Depósitos bancários	83	2.618
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**36.340**	**57.137**
Letras do Tesouro Nacional **(a)**	36.340	57.137
Total caixa e equivalente de caixa	**36.427**	**59.764**

(a) Referem-se às operações compromissadas.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Composição e vencimento

			2017		2016	
	Categoria	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Valor de contábil
Curto prazo			**29.206**	**28.599**	**9.472**	**8.784**
Carteira própria			**5.914**	**5.306**	**6.190**	**5.499**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2018	1.151	1.152	1.402	1.402
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	-	-	-	2	2
Certificado Deposito Bancário	Disponível para venda	-	-	-	93	93
Debêntures	Disponível para venda	-	52	52	128	128
Letras de Cambio	Disponível para venda	22/01/2018	91	91		
Cotas de Fundos de Investimentos	Disponível para venda	Sem vencimento	20	20	1.217	1.217
Ações em Companhias Fechadas	Disponível para venda	Sem vencimento	955	947	955	947
Ações em Companhias Abertas	Disponível para venda	Sem vencimento	2.549	1.948	2.393	1.710
Outros TVM no Exterior	Disponível para venda	Sem vencimento	1.096	1.096	-	-
Vinculados a prestação de garantias			**23.292**	**23.293**	**3.282**	**3.285**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/03/2018 a 01/09/2018	1.067	1.068	3.282	3.285
FILCB Multimercado – BVMF	Disponível para venda	Sem vencimento	22.225	22.225	-	-
Longo Prazo			**34.374**	**34.381**	**28.194**	**28.207**
Carteira Própria			**25.631**	**25.635**	**4.209**	**4.210**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/03/2019 a 01/09/2023	24.326	24.330	3.876	3.877
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para Venda		-	-	2	2
Notas do Tesouro Nacional – B	Disponível para venda	15/05/2019 a 15/08/2050	1.305	1.305	155	155
Letras de Cambio	Disponível para venda	22/01/2018	-	-	176	176
Vinculados a prestação de garantias			**8.743**	**8.746**	**23.985**	**23.997**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/03/2019 a 01/09/2023	6.700	6.702	22.824	22.836
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	01/01/2019 a 01/07/2019	96	96		
Notas do Tesouro Nacional – B	Disponível para venda	15/05/2021 a 15/05/2055	1.892	1.893	1.161	1.161
Notas do Tesouro Nacional – F	Disponível para venda	01/01/2023	55	55	-	-
Total			**63.580**	**62.980**	**37.666**	**36.991**

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão antes do encerramento do exercício e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do exercício.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos.

c. Margens de garantia

Em 31 de dezembro de 2017, as margens de garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão montam o valor de R$ 32.039 (R$ 27.282 em 2016).

6. Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Caixas de registro e liquidação **(a)**	6.458	132	9.153	168
Devedores/Credores - conta liquidações pendentes **(a)**	33.374	115.032	1.965	89.829
Comissões e corretagens a pagar	-	-	-	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar **(a)**	-	580	-	953
Outros créditos por negociação e intermediação de valores **(a)**	-	-	100	463
Total - circulante	**39.832**	**115.744**	**11.218**	**91.413**

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, cuja liquidação ocorrerá em até três dias úteis.

7. Outros créditos

7.1. Rendas a receber

Estão representadas pelas corretagens, taxas de administração e custódia e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R$ 10.929 (R$ 8.440 em 2016).

7.2. Diversos

	2017	2016
Curto prazo		
Impostos a compensar	334	799
Adiantamentos e antecipações salariais	61	67
Devedores por depósito em garantia	12	12
Valores a receber de sociedades ligadas	23	-
Saldos a serem reembolsados **(a)**	-	662
Devedores diversos – País **(b)**	1.993	1.304
Total – curto prazo	**2.423**	**2.844**
Longo prazo		
Incentivos Fiscais	2	2
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais **(c)**	5.740	5.396
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas	-	69
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos **(d)**	695	1.471
Total - longo prazo	**6.437**	**6.938**

(a) Em dezembro de 2016, incluía saldos a receber da Prosper referente clientes no montante de R$ 97; e de bloqueio judicial de ações trabalhistas de ex-funcionários da Prosper no montante de R$ 565, que no exercício de 2017 foram baixados para perdas.

(b) Refere-se, substancialmente, a valores a receber de despesas pagas a Fundos, Clubes e Debenturistas no montante de R$ 1.384 (R$ 932 em 2016);

(c) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais de processos de natureza tributária. Em 31 de dezembro de 2017 o Conglomerado apresenta um montante de R$5.740 (R$ 5.396 em 2016), relacionados a seguir:

(i) Depósito Judicial – Intimações Secretaria da Receita Federal IRPJ nº 2005/07 no montante de R$ 2.407 (R$ 2.263 em 2016);
(ii) Depósito Judicial – Intimações Secretaria da Receita Federal CSLL nº 2005/07 no montante de R$ 1.145 (R$ 1.076 em 2016);
(iii) Depósito Judicial – Intimações Secretaria da Receita Federal 2007 (COMP PREJ) no montante de R$ 1.978 (R$ 1.847 em 2016);
(iv) Depósito Judicial – Intimações Secretaria da Receita Federal ISS (PROCESSO PREF. RJ) no montante de R$ 210 (R$ 210 em 2016).

(d) O valor refere-se, substancialmente, a bloqueios judiciais na conta da Corretora, decorrentes de processos que pessoas físicas fizeram contra o FIDC Atlântico que possuem títulos em seu nome cedido por alguma instituição ao FIDC, pois entendem que a dívida não é para o FIDC e sim da instituição em que fez a dívida. Assim o juiz quando julga a ação, bloqueia o valor cobrado na conta corrente da Corretora, por eles serem os Administradores do Fundo, e quando da ocorrência do fato é solicitado ao FIDC o devido valor bloqueado.

7.3. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	2017	2016
Provisão de valores a receber de clientes	-	97
Provisão de serviços prestados a receber	508	457
Provisão de valores a receber Funterra – CCI Voges	-	245
Provisão de valores a receber de câmbio	5	5
Provisão de valores a receber de despesas com leilão	-	66
Total - curto prazo	**513**	**870**

8. Investimentos

	2017	2016
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
Participação em coligadas e controladas	3	38
Total	**48**	**83**

9. Imobilizado de uso

		2017			2016
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso					
Instalações	10%	733	(708)	25	61
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.151	(1.095)	56	104
Equipamentos, direito de uso, processamento de dados e segurança	10%/20%	2.626	(2.448)	178	290
Total		**4.510**	**(4.251)**	**259**	**455**

Movimentação do Imobilizado

	Dezembro 2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Instalações	733	-	-	-	733
Móveis e Equipamentos	1.151	-	-	-	1.151
Comunicação, processamento de dados, transporte e segurança	2.566	65	(5)	-	2.626
Total	**4.450**	**65**	**(5)**	**-**	**4.510**

10. Intangível

	Taxa de amortização	2017			2016
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	20%	147	(39)	108	138
Total		**147**	**(39)**	**108**	**138**

Movimentação do intangível:

	Dezembro 2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Outros Ativos Intangíveis	248	-	101	-	147
Total	**248**	**-**	**101**	**-**	**147**

11. Outras obrigações

11.1. Fiscais e previdenciárias

Passivo circulante

	2017	2016
Outras obrigações		
Fiscais e previdenciárias	**8.999**	**4.244**
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	8.995	4.237
Impostos e contribuições diferidos	4	7

(a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nºs 11.941/09, 14.129/06, Decreto nº 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora e a DTVM não haviam concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém a Administração em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo.

11.2. Diversas

Passivo circulante

	2017	2016
Diversas	**4.596**	**4.248**
Obrigações P/aquis.de Bens e Direito	22	55
Despesas de Pessoal	1.114	1.160
Provisão de outras despesas administrativas	1.588	1.184
Credores diversos – país	1.542	1.798
Outros pagamentos	318	-
Provisão para passivos contingentes	12	12
Valores a pagar a Soc.Ligadas	-	39

Passivo não circulante

	2017	2016
Diversas	**2.701**	**3.704**
Provisão para passivos contingentes (a)	2.701	3.704

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica provisão para passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora apresenta o montante R$ 2.701 (R$ 3.704 em 2016), relacionadas a seguir:

- **(i)** Reclamações trabalhistas no montante de R$ 470 (R$ 1.608 em 2016), decorrente substancialmente de processos de ex-colaboradores da Prosper;
- **(ii)** Reclamações cíveis no montante de R$ 42 (R$ 39 em 2016);
- **(iii)** Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal, atualizados no montante de R$ 1.979 (R$ 1.847 em 2016);
- **(iv)** Processo de ISS da Prefeitura do RJ referente ao exercício de 2008, no montante de R$ 210 (R$ 210 em 2016).

11.3. Demandas Judiciais – perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2017, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$ 37.726 (R$ 30.512 em 2016).

	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**30.512**
Aumento de contingências possíveis	7.214
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**37.726**

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social de R$ 32.954 está representado por:

- Planner CV S.A. = R$ 30.287, dividido por 7.000 ações nominativas;
- Planner Trustee DTVM Ltda. – R$ 1.567, dividido por 3.720.000 cotas;
- Planner SCM S.A. = R$ 1.100, dividido por 1.100.000 ações ordinárias;
- Brazilian Royalties Securitizadora Créditos Financeiros = R$ 500, dividido em 500.000 ações, e está classificado como capital a realizar.

12.2. Prejuízos acumulados

Em 28 de setembro de 2017, o acionista Planner Holding Financeira S.A., disponibilizou recursos no montante de R$ 9.940 para absorção de prejuízos acumulados, conforme prevê a Circular n° 2403 do Banco Central.

13. Partes relacionadas

As transações que a Corretora possui como parte relacionada, os direitos e obrigações, conforme descrito a seguir:

13.1. Direitos e obrigações

	2017	2016
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Outros Créditos - Negociação e intermediação de valores		
Devedores conta de liquidação pendentes		
Diretores e acionistas	11	-
Outros Créditos - Diversos		
Valores a receber de sociedades ligadas		
Planner Holding Financeira S.A.	23	(39)
Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	7	4
Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores		
Credores conta de liquidação pendentes		
Diretores e acionistas	(428)	(24)

13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R$ 2.119 (R$ 1.920 em 2016), a qual é considerada benefício de curto prazo.

14. Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Rendas de administração de fundos	18.692	15.132
Rendas de assessoria técnica **(a)**	11.793	15.634
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.993	1.805
Rendas de corretagem de câmbio	667	1.030
Rendas de corretagem de operações em bolsa	17.956	16.663
Rendas de outros serviços	4.786	3.470
	55.887	**53.734**

(a) Refere-se substancialmente a receitas provenientes de assessoria financeira na estruturação e distribuição de cotas de fundos de investimento.

15. Despesas de pessoal

	2017	2016
Honorários da diretoria	(2.119)	(1.921)
Proventos	(9.667)	(8.602)
Encargos sociais	(3.412)	(3.315)
Benefícios	(2.727)	(2.413)
Outras despesas	(138)	(89)
	(18.063)	**(16.340)**

16. Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com água e energia	(369)	(431)
Despesas com aluguéis	(2.509)	(2.714)
Despesas com comunicações	(856)	(775)
Despesas de manutenção e conservação	(506)	(659)
Despesas com material	(154)	(204)
Despesas com processamento de dados	(10.038)	(8.119)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(429)	(391)
Despesas com propaganda e publicidade	(89)	(73)
Despesas com publicação	(75)	(98)
Despesas com serviços bancários e custódia	(852)	(1.142)
Despesas com consultoria	(10.931)	(12.120)
Despesa com serviços técnicos especializados	(11.433)	(10.090)
Despesas de transporte	(54)	(84)
Despesas com viagem	(186)	(415)
Despesa com depreciação e amortização	(286)	(428)
Outras despesas administrativas	(1.489)	(1.749)
Outras despesas diversas	(1.583)	(61)
	(41.839)	**(39.553)**

17. Despesas tributárias

	2017	2016
Impostos sobre serviços – ISS	(2.055)	(2.079)
Contribuição ao COFINS	(2.687)	(2.628)
Contribuição ao PIS	(436)	(427)
Outras despesas tributárias	(7.438)	(872)
	(12.616)	**(6.006)**

18. Outras receitas operacionais

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	475	384
Variações monetárias ativas	1	17
Atualização de depósitos judiciais	351	465
Outras	833	484
Total	**1.660**	**1.350**

19. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Variação cambial passiva	(5)	(58)
Ajustes operacionais	(181)	(223)
Atualização de passivos contingentes	(132)	(173)
Multas – BSM e CVM	(472)	-
Outras (a)	(832)	(508)
Total	**(1.622)**	**(962)**

Refere-se substancialmente a reversão de processos trabalhistas.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representado:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(5.889)	(5.889)	3.463	3.463
(-) Juros sobre capital próprio	-	-	(1.246)	(1.246)
(-) Participações nos lucros	(1.050)	(1.050)	(641)	(641)
Resultado dos Fundos	250	250	-	-
Participação de terceiros não controladores	1.152	1.152	-	-
Base de cálculo	**(5.537)**	**(5.537)**	**1.576**	**1.576**
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	1.363	1.363	650	650
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	257	257		
Processo PERT – Intimação (ver NE 11.1)	5.995	5.995	-	-
Despesas de marcação ao mercado	-	-	530	530

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Atualização de passivos fiscais contingentes	132	132	173	173
Provisão contingências fiscais	210	210	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	35	35	85	85
Provisão para devedores duvidosos	(4)	(4)	370	370
Provisão/(Reversão) de passivos contingentes trabalhistas	(278)	(278)	343	343
Provisão/(Reversão) de passivos contingentes cíveis	(208)	(208)	2	2
Dividendos recebidos	(4)	(4)	(14)	(14)
Receitas de marcação ao mercado	(223)	(223)	(133)	(133)
Atualização de depósitos judiciais	(351)	(351)	(465)	(465)
(Reversão) Perda estimada com crédito devedores duvidosos	(106)	(106)	(297)	(297)
(Reversão) provisão p/perdas do imobilizado/investimentos	(97)	(97)	-	-
(Reversão) provisão PLR Empregados	-	-	(450)	(450)
Lucro real	**1.184**	**1.184**	**2.370**	**2.370**
(-) Compensação de prejuízo fiscal – 30%	-	-	(751)	(751)
Total após a compensação de prejuízos	**1.184**	**1.184**	**1.619**	**1.619**
Encargos de IR 15% + Adicional de 10%/ CS 20%	(272)	(237)	(420)	(359)
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	7	-	10	-
(-) Ativo Fiscal Diferido **(a)**	971	777	-	-
Total	**706**	**540**	**(410)**	**(359)**

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora não apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. E, o saldo que tinha em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 3.883, foi utilizado no processo administrativo PERT, conforme a seguir mencionado:

(a) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Corretora utilizou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para liquidar as contingências com a Receita Federal do Brasil no montante de R$ 3.883, conforme a seguir demonstrado:

	2017	2017
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Fiscal utilizado	3.883	3.883
Encargos de 25% IR	971	-
Encargos de 20% CS	-	777
Crédito Tributário – Ativo Fiscal Diferido	**4.460**	**2.857**

21. Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado é responsável pela administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 13.459.742 (R$ 16.536.788 em 2016).

22. Gerenciamento da estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011, do Banco Central do Brasil, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure. Em junho de 2007, a Diretoria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas durante o segundo semestre de 2007, para garantir o completo alinhamento da Instituição ao disposto na Resolução.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução nº 4090, de maio de 2012, do Banco Central do Brasil, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

23. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do Patrimônio Exigido.

O Índice calculado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, é de 17,45% (20,76% em 2016).

24. Eventos subsequentes

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2018, foi deliberado a redução do capital social no montante de R$ 7.447, para absorção de prejuízos acumulados, o qual não ocasionará redução de ações da Corretora. Este processo está em fase de aprovação do Banco Central.

Com os efeitos da cisão da Planner Holding S.A., controladora da Planner Trustee Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. e Planner Corretora de Valores S.A., foi criada a Planner Holding II S.A., que passa a ser a controladora da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., passando a Planner Holding S.A. a controlar apenas a Planner Corretora de Valores S.A., e a Planner Sociedade Crédito ao Microempreendedor S.A. Parte do quadro de colaboradores do então conglomerado foram migrados para a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., processo este que está em fase de aprovação perante o Banco Central do Brasil.

A Diretoria	**Reinaldo Dantas** Contador CRC 1 SP 110330/O-6